



Percurso para compreender a semiótica: a cooperação entre a epistemologia e o histórico da semiótica

Jeferson Lima Barbosa *
Maria Alice Descardecí **

Resumo: A partir da constatação da complexidade da ciência geral dos signos (Semiótica), propomos neste texto um percurso para a compreensão de algumas ideias constituintes dessa ciência. Para tanto, servimo-nos do histórico da Semiótica, pois ele comporta tanto os pensadores e as ideias responsáveis pela inauguração dos estudos sobre o signo quanto à dinâmica de evolução desses estudos. Aliamos as noções da Epistemologia à nossa discussão. Desse modo, apresentamos um material que inclui a interdisciplinaridade conceitual, comprovando que o conhecimento adquire maior consistência pela cooperação das diversas ciências. Além disso, também faremos referência a alguns aspectos da Semiótica moderna desenvolvida por Charles Sanders Peirce. Essa referência servir-nos-á para reafirmar o aspecto interdisciplinar da Semiótica, uma vez que o pensador transitou entre as mais diversas ciências a fim de compreendê-la. Nesse ponto, reforçamos a ideia de que há um vínculo entre a Lógica e a Semiótica. O entendimento desse vínculo ocorre desde que compreendamos que a cognição e, então, a comunicação, são interesses comuns a essas duas ciências. É preciso incluir que está na obra *Panorama da Semiótica* (2008) de Winfried Nöth a inspiração e principal fundamentação deste trabalho. Dessa maneira, seguimos um modelo de abordagem semelhante ao de Nöth.

Palavras-chave: semiótica, semiótica *avant la lettre*, epistemologia, lógica, cognição, interdisciplinaridade

Introdução

A Semiótica constitui-se como uma ciência com alto grau de complexidade. Esse aspecto pode ser sistematicamente explicado tendo como ponto de partida o percurso que engloba seu surgimento e desenvolvimento. O processo de constituição da ciência geral dos signos chega a nos remeter ao período greco-romano antigo, quando uma Semiótica *avant la lettre* aparecia implícita em estudos sobre a significação. Esse longo histórico da Semiótica envolve grande quantidade de pensadores que deram origem e sofisticação a diversas ideias. Em outras palavras, a Semiótica configura sua

complexidade, em certa medida, a partir de seu histórico que é composto por uma série de teóricos e, claramente, uma gama de noções. Desse fato, resulta que a ciência geral dos signos envolve descobertas e desenredos diversos, ou seja, conceitos que têm em si várias compreensões. Dessa maneira, o conceito de signo, por exemplo, não está concluído. Ao invés disso, veremos que esse conceito passa por um longo processo de descobertas e aperfeiçoamentos. Apesar de ser possível uma definição de signo, seu processo de conhecimento não chegou ao fim, visto que os estudos sobre o signo continuam, de modo que, cada vez mais, estendemos a compreensão que temos sobre esse fenômeno.

* Universidade Federal do Tocantins. Endereço para correspondência: jeffbarbozza@gmail.com

** Universidade Federal do Tocantins. Endereço para correspondência: alice@uft.edu.br

Cumpramos ressaltar ainda que o desenvolvimento da Semiótica ocorre no interior de várias áreas de produção do conhecimento em diferentes períodos. Assim, de certo modo, essa ciência constitui seu conteúdo em atuação conjunta com diversos campos do saber, o que a torna uma ciência interdisciplinar.

Esse aspecto da ciência Semiótica é visto nos esforços de Charles Sanders Peirce, pensador moderno, considerado pai da Semiótica americana e a quem devemos uma prolífica sistematização do conhecimento sobre os signos¹. Torna-se importante ressaltar que Peirce atuou em diversos campos do saber, incluindo a matemática, a física e a astronomia. Porém, não se pode adiantar o pensamento de que essa variedade de ciências à qual Peirce se dedicou é fruto de uma suposta ausência de identidade científica. Distante disso, a dedicação interdisciplinar de Peirce cumpria com seu interesse soberano, isto é, o entendimento da Lógica. Conforme nos explica Lucia Santaella (2007, p. 18), “entender a lógica das ciências era, em primeiro lugar, entender seus métodos de raciocínio. Os métodos diferem muito de uma ciência a outra e, de tempos em tempos, dentro de uma mesma ciência”. Em razão disso, os aspectos lógicos comungados pelas diversas ciências só poderiam ser conhecidos por alguém que se dedicasse no interior dessas diversas ciências.

Essa breve explanação do esforço de Peirce em conjunto com a informação de que a Semiótica americana surgiu e se desenvolveu no campo da Filosofia, serve-nos para ensaiar a explicação da importância da discussão a que nos dispomos neste texto. Ora, tal discussão envolve conceitos diversos, apreendidos e refinados em diferentes períodos por distintos pensadores. Em decorrência dessa percepção, tornou-se necessária a elaboração de um produto próprio que reunisse alguns desses conceitos em um trabalho cujo propósito fosse a definição e o reconhecimento das interfaces entre os elementos do conhecimento semiótico. É preciso sublinhar que não nos dispomos a questionar os conceitos provenientes dos estudos desses pensadores, mas apresentar tais estudos segundo nossa compreensão.

Desse modo, este texto destina-se a atender às exigências básicas do conhecimento da Semiótica americana, construído ao longo do tempo. Em verdade, nossa discussão muito se assemelha com a que fez

Winfried Nöth em sua obra *Panorama da Semiótica*. Assim, está nessa obra a inspiração e principal fundamentação desse trabalho. Foi a partir dela que notamos a importância da discussão histórica da Semiótica aliada ao conhecimento constituído em outros campos de investigação a ela afins. De certo modo, este trabalho chega a corroborar a tese de que o conhecimento se faz e se refina pela cooperação entre as diversas apreensões, das quais se constituem as ciências.

É preciso mencionar ainda que o presente artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica. Isto serve para definirmos e justificarmos o propósito primário deste trabalho, qual seja, o de apresentar um material de introdução à Semiótica. Em resumo, portanto, com este trabalho sugerimos um percurso para a compreensão da Semiótica americana, utilizando, sobretudo, seu histórico. Em acréscimo, estudaremos algumas noções fundamentais da Epistemologia, ciência provedora de conceitos capazes de facilitar nossa compreensão das ideias sobre os signos.

Finalmente, para deflagrar nosso estudo, é preciso retomar a sugestão de que a Semiótica americana e a Lógica estão vinculadas. Em síntese, tal vínculo resulta do fato de que ambas se dispõem a compreender o processo do conhecimento, o que também o faz a Epistemologia.

1. Como ocorre o conhecimento

Cabe, inicialmente, discutir genericamente a respeito do conhecimento. Isso em razão de que a Semiótica americana lida, sobretudo, com a cognição (cf. Santaella, 2007).

1.1. Visão geral da epistemologia

O estudo da Semiótica exige que parte do conteúdo de uma ciência em especial seja explorada com atenção. Referimo-nos à Epistemologia – responsável por apreender as primeiras noções necessárias para se construir o alicerce em que se sustentará o entendimento das diversas teorias de signo formuladas no decurso da história da filosofia. Essa ciência está arranjada como um ramo da Filosofia que se preocupa em responder às questões relacionadas ao conhecimento. Sumariamente, são os problemas que anseia solucionar:

¹ A corrente semiótica estudada neste artigo é a americana.

- (a) A possibilidade do conhecimento: o homem pode, de fato, conhecer o mundo?
- (b) A origem do conhecimento: as ideias procedem da razão ou da experiência?
- (c) A essência do conhecimento: o que faz o conhecimento ser aquilo que é?
- (d) O critério de verdade: como verificar o conhecimento?

suas soluções, em razão, também, do grande, complexo e controverso volume teórico que apresentam. Porém, é imprescindível, para prevenir complicações que naturalmente surgem no estudo da Semiótica, relevar poucas das elaboradas soluções para esses problemas do conhecimento (ver quadro 1). Além disso, em consequência desse exercício, formularemos um conceito genérico de “conhecimento”. Apresenta-se, então, um quadro que resume as propostas que solucionam o problema da *origem do conhecimento*.

Infelizmente, a discussão a que se propõe este trabalho não nos permite perscrutar todas essas questões e

Quadro 1- As diferentes ideias epistemológicas que trataram da origem do conhecimento².

RACIONALISMO	EMPIRISMO	INTELECTUALISMO	APRIORISMO
Valorização da matemática pela sua lógica (uso da razão) inerente	As ideias são provenientes das sensações	Conhecimento é fundado em ambas: razão e experiência	Conhecimento procede de ambas: razão e experiência
A mente humana é o único instrumento capaz de chegar à verdade	Ou seja, a origem das ideias está na experiência	Ideias a partir das coisas descobertas pelos sentidos	Captação do conhecimento a priori da razão e a posteriori da percepção (sentidos) do sujeito
Considera a experiência sensorial uma fonte de erros e confusão	A experiência imprime as ideias no intelecto humano	Ideias a partir da relação que a razão faz entre as coisas	As percepções do objeto passam pela razão para serem compreendidas
		Aqui, sugere-se que o conhecimento propende para a experiência	Aqui, sugere-se que o conhecimento tende para a razão

² As informações que dão conteúdo a esse quadro estão na obra *Teoria do conhecimento*, cujo autor é Johannes Hessen. Cf. HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

É importante que esse quadro comprove que, de modo geral, as controvérsias sobre a origem das ideias (conhecimento) estabelecem-se na dicotomia experiência-razão. Adiante, observaremos a proposição de Descartes, segundo a qual as ideias são inatas e, a partir disso, organizou um modelo de signo cujos componentes são imateriais/ideais. Essa elaboração sugeriu que o conhecimento do mundo estava, conforme as palavras de Nöth (1995, p. 41), “confinado à mente”. Sua visão era, portanto, racionalista. Outros modelos foram sistematizados sob a certeza de que o conhecimento do mundo se prendia à experiência, vinculando-se à corrente empirista, como veremos nas ideias de Locke, entre outros.

1.2. O conceito de conhecimento

A despeito das teorias conflitantes sobre a origem do conhecimento, podemos extrair a noção de que o conhecimento existe na relação entre o sujeito e o mundo (razão-experiência)³. Originadas ou não por meio da experiência, o sujeito tem ideias as quais aplica, eventualmente, no seu cotidiano, seja para caracterizar algo, seja para desvelar outras ideias. No processo de cognição, o sujeito pode conhecer as coisas de diferentes maneiras: através do contato direto com as coisas ou por meio de representações (signos) dessas coisas (ver figura 1). Esta ou aquela garantem ao sujeito ideias para compreender o mundo, ou, de maneira oportunamente estrita, as coisas. Observemos:

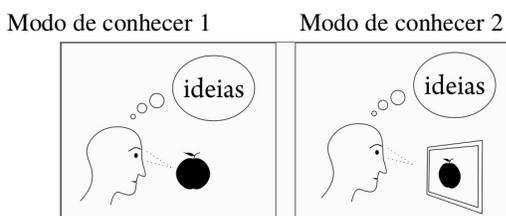


Figura 1 – Os diferentes processos de cognição

Na figura 1, dois modos de conhecimento são expostos. No primeiro modo, o sujeito concebe ideias a partir do contato direto com a coisa (a maçã); já no segundo, o conhecimento está atado a uma

³ A origem dessas conclusões está na leitura panorâmica que realizamos e aqui estamos expondo. Desse modo, nossas proposições terão sua consistência assegurada pelas ideias que se sucedem.

representação da maçã, em um quadro. Quais são as possíveis ideias que surgiram na mente daquele e deste? E, além disso, eles estão conhecendo os mesmos aspectos da coisa ou deixando de conhecer algo?

São várias as ideias que se podem formar a partir dos diferentes contatos que os dois sujeitos fizeram com a maçã. Vamos elencar os seguintes aspectos que podemos conhecer sobre a maçã: cor, forma e cheiro. O sujeito-A, sem nenhuma deficiência sensível, pode conhecer esses três aspectos da maçã e, vamos presumir, percebeu que a maçã é vermelha, redonda e cheirosa. Em contrapartida, o sujeito-B, igualmente sem deficiência nos sentidos, saberá a cor (vermelha) e a forma (redonda) da maçã, mas não poderá saber seu cheiro. Brevemente, podemos dizer que o sujeito-B não conheceu completamente a coisa com a qual interagiu. Esse problema, aliás, é o que subsidia a dúvida se o homem pode, de fato, conhecer as coisas.

Note-se que o que se conheceu sobre a maçã são conceitos, qualidades da maçã: vermelho, redondo, cheirosa. Designados “universais”, nós usamos esses conceitos (ou gêneros) para caracterizar quase tudo que existe no mundo. Diversas propostas surgiram, nesse sentido, para revelar se a essência do conhecimento está realmente no mundo ou na mente. Platão, por exemplo, acreditava que esses conceitos tinham realidade em um mundo além do indivíduo, conforme discutiremos a seguir. Podemos, aqui, consumir um conceito para o conhecimento e afirmar que se trata de uma imagem da coisa (i.e., do objeto) na “mente” do sujeito. Essa imagem é composta por diversos atributos que se descobriram sobre a coisa. Essas ideias universais, pelas quais caracterizamos as coisas, constituem o problema da essência do conhecimento: aquilo que faz do conhecimento ser o que existe na realidade?

Por fim, uma ressalva: a descrição do conhecimento como “uma imagem do objeto” é questionável à luz de Peirce⁴. Entretanto, a mesma definição serve para inaugurar a noção de que o conhecimento estabelece-se na mente como uma “forma” da coisa. Uma forma é composta de traços diversos. Por esse motivo, o problema se complica ainda mais, pois uma ideia sofisticada nos diz que essa forma é uma “deformação da coisa”; afinal o que se

⁴ Cf. NETTO, José Teixeira Coelho. *Semiótica, informação e comunicação*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

sabe sobre dada coisa é uma imagem desenhada por interpretações parciais.

2. Semiótica *avant la lettre*: antiguidade

Ao invés do que, a princípio, pode-se imaginar, a história da Semiótica não é recente e nos remete ao período greco-romano antigo, quando a Semiótica ainda não estava consumada como uma ciência. Nöth (2008) alude à Semiótica desenvolvida neste período por meio da expressão “Semiótica *avant la lettre*”. Essa Semiótica compreende todas as pesquisas sobre os signos, a significação (ação interpretativa) e a comunicação, realizadas, principalmente, pelos filósofos.

2.1. Platão: o signo é uma representação incompleta

As ideias platônicas propõem os seguintes aspectos do signo verbal: a composição triádica desse signo, a relação convencional entre os componentes sígnicos e a inabilidade de representação plena do signo. Além desses tópicos, importa o conceito que Platão descreveu para definir “ideia” – máxima importante pelas conclusões que incita – e também a concepção do verbo “significar”, que, desde logo, pode-se dizer que corresponde a “revelar”.

2.1.1. A composição do signo para Platão

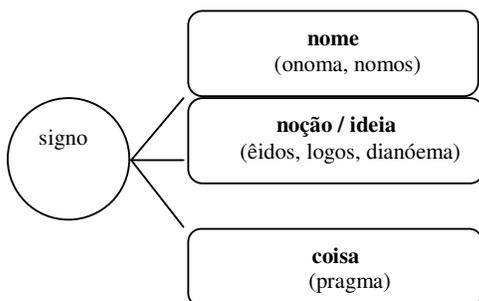


Diagrama 1 – Composição sígnica para Platão

Em consequência do modelo acima contornado (ver diagrama 1), em especial devido à nomenclatura usada para descrever o primeiro constituinte do signo (nome), perceberemos que o modelo de signo proposto por Platão e, também, todas suas outras ideias sobre o

signo, estão restritas aos signos de tipo verbal. Uma tradição que continuou até que Santo Agostinho reconhecesse os signos naturais e ampliasse o estudo dos signos aos de espécie não verbal.

No que se refere ao segundo constituinte, as ideias, segundo Platão, são entidades objetivas que, além da mente, têm realidade em um campo espiritual além do indivíduo (Nöth, 2008). Dessa proposição, resultam algumas conclusões que caracterizam o signo, ao mesmo tempo em que o inserem em uma problemática representativa: os signos são representações incompletas da verdadeira natureza das coisas. Por esse motivo, o estudo das palavras não revela nada sobre a verdadeira essência das coisas, porque o ambiente das ideias é intangível pelo indivíduo; logo, conhecimentos concebidos por meio dos signos são cognições incompletas, e, portanto, inferiores ao conhecimento direto das coisas.

Acrescenta-se ao problema a concepção platônica de que o próprio conhecimento direto das coisas é insuficiente para se conhecer a essência delas. Assim, para essa concepção, é possível apenas aproximar-se da essência de alguma coisa. Para tanto, o sujeito teria que, na cognição, tomar contato com várias manifestações dessa coisa no mundo, para, então, ser capaz de conceber, apenas em alguma medida, qual sua essência.

Essas ideias de Platão nos dirigem a conceber diferentes níveis de cognição do mundo, de acordo com os quais o conhecimento das coisas gradua entre o inferior e o superior. A qualidade do conhecimento é determinada pela maneira como se toca dada coisa. Portanto, quando algo se apresenta a alguém na forma de um signo verbal, Platão conclui que o conhecimento que se pode apreender desse “algo” é inferior ao conhecimento que se conseguiria pelo contato não intermediado com tal algo. Entretanto, não se pode concluir que é presumível o conhecimento suficiente sobre alguma coisa, pois as ideias têm realidade em uma esfera intangível. Em outras palavras, pela incapacidade humana de realizar contato direto com as ideias, o conhecimento será sempre incompleto: pode-se interagir com o nome e também com a coisa, mas nunca com a ideia real.

2.1.2. Aristóteles: o signo no cerne da lógica

Algumas teorias de Aristóteles foram manifestadas no âmbito da lógica e dizem respeito à formação dos signos e ao processo de conhecimento por intermédio deles. Outra contribuição de Aristóteles foi a definição de signo certo e signo incerto. O signo certo é aquele que compreende apenas uma significação; o inverso do signo incerto, o que não tem uma definição clara, em razão de envolver várias interpretações possíveis.

Por intermédio de Aristóteles, veremos que tudo aquilo que permite a formação de uma coisa ou, então, aquilo que essa coisa contém no interior de seu desenvolvimento, age como signo dessa coisa. Outra característica do signo é que, no plano da lógica, atua como uma premissa que orienta para uma conclusão. Portanto, o signo para Aristóteles tem a pretensão de se ajustar na forma de uma proposição para que possa realizar o conhecimento.

Seu modelo para o signo é também triádico, descrevendo assim o signo linguístico (ver diagrama 2):

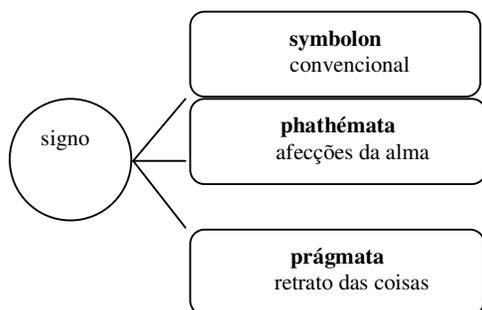


Diagrama 2 A composição sgnica para Aristóteles

Sobre o modelo lógico descrito por Aristóteles, é preciso lembrar que “argumento” é uma entidade composta por premissas e conclusões. A função da premissa em um argumento é servir de fundamento à conclusão. Dessa maneira, na leitura de um argumento, é comum observar a existência de várias premissas, isto é, proposições antecedentes à conclusão que servem a esta como alicerce. Assim, as premissas são análogas a “guias”, cujo seguimento faz chegar a uma conclusão. Na perspectiva da conclusão, as premissas são os elementos que lhe compõem, ou seja, a conclusão compreende várias premissas. Interessante perceber

que as conclusões poderão tornar-se premissa em outra ocorrência em que servem de sustento ou “guia” para outra conclusão.

2.1.3. Estoicos

Perceberemos, nas concepções estoicas sobre os signos, a manutenção de algumas ideias de Aristóteles e de Platão. Entretanto, os Estoicos apresentaram um novo modelo da estrutura do signo, ainda que triádico também (ver diagrama 3).

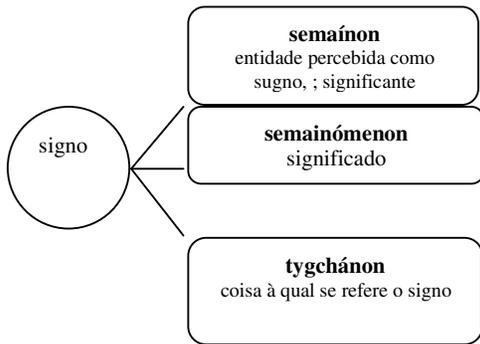


Diagrama 3 – A composição sýgnica para os estoicos

Inevitável notar que, nesse modelo, a restrição operada sobre o signo de tipo verbal não está explícita. Não se fala de “nomes” ou “palavras”, mas sim de entidades. As entidades indicadas (semainon e tychánon) são materiais, ao invés do semainómenon, que é imaterial. Da mesma maneira que os estoicos consideraram o aspecto imaterial das ideias (descrito por Platão), também levaram em conta e reforçaram o processo de cognição descrito por Aristóteles. Nöth (2008, p. 30) aponta que, “o signo estoico [...] é a proposição antecedente numa válida premissa maior que serve para revelar seu consequente”. Ligada à lógica, a teoria estoica do signo interpreta a cognição como “um processo silogístico de indução” (Nöth, 2008, p. 30).

Cumprido ressaltar uma observação realizada por Nöth (2008, p. 30):

Por outro lado, os estóicos consideravam que a cognição não é só um processo inteiramente mecânico; o reconhecimento de um signo, para eles, presumia a capacidade de antecipação (*prolépsis*) por parte do receptor. Uma tal antecipação, porém, só é possível se na mente do receptor já existirem imagens mentais ou conceitos capazes de antecipar essa imagem.

Em outras palavras, no processo do conhecimento, é necessário que um significado exista na mente do sujeito conhecedor para que ele consiga compreender ou reconhecer determinado fenômeno.

Porém, um paradoxo se configura quando se assume a necessidade de “ideias” que antecipem a imagem produto do conhecimento. Por esse lado, a teoria dos estoicos aproxima-se de um padrão apriorístico, ou seja, para eles o conhecimento procede tanto da razão quanto da experiência.

Vale mencionar que a revisão do histórico da Semiótica permite reforçarmos a observação de que, desde cedo, a Semiótica é sugerida como aliada à Lógica. Tal percepção é necessária para, eventualmente, entender que a Lógica e a Semiótica confundem-se uma vez que lidam com o conhecimento. Uma interessante aproximação da Lógica com a Semiótica está no quadro científico contido na doutrina de Peirce.

2.2. Epicuristas

Os epicuristas expuseram ideias novas sobre a cognição e o signo, considerando-se os pensadores até então mencionados. A maneira como os epicuristas acreditavam que acontecia a cognição pode ser assim representada (ver Figura 2):

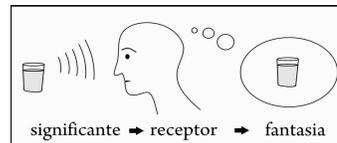


Figura 2 A cognição para os epicuristas.

Nesse processo, o objeto físico é responsável por enviar à mente do receptor pequenos átomos icônicos, que lá irão compor uma nova imagem, denominada fantasia. Assim, podemos concluir que, no processo de interpretação descrito pelos epicuristas, o signo apontava não para uma ideia, mas sim para uma imagem fantasiosa. Essa concepção é categorizada como “materialista”, pois só entram na composição do signo entidades materiais, que são tangíveis. Enquanto os precursores da teoria propuseram um modelo triádico do signo, os epicuristas surgem com uma proposta diádica (ver diagrama 4), desconsiderando-se o significado imaterial do signo, e se circunscrevendo apenas à sua materialidade:

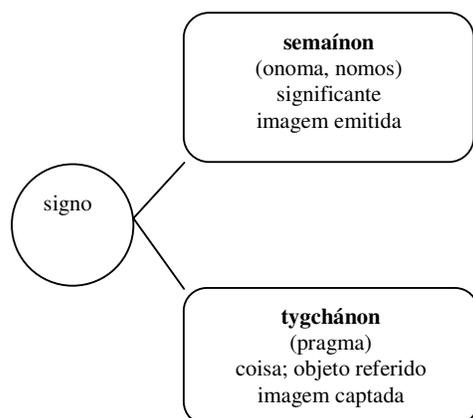


Diagrama 4 A composição sgnica para os epicuristas

Os epicuristas criticam dos estoicos a ideia de lógica indutiva. Assinalam que animais seguem pistas sem, contudo, conhecerem as regras de indução. Segundo Nöth (2003, p. 31), Lucrécio, epicurista romano, acreditou que “[...] a origem da língua humana, dos gestos infantis e do comportamento animal não se fundamenta em convenções intelectuais, mas tem suas bases na natureza e na utilidade”. Ressalte-se que esse novo pensamento semiótico a partir da observação de animais, juntamente com a percepção de outros modos de comunicação não verbal, configuram, na evolução teórica do conceito de Semiótica, como a maior contribuição dos epicuristas ao longo da história.

2.3. Santo Agostinho

Considerado maior semioticista da Antiguidade, Santo Agostinho concorda com a definição epicurista de que o signo é um fato perceptivo que representa algo “atualmente” não perceptivo. Em outros termos, o signo está no lugar de algo, de uma coisa que não está, em dado momento, frente a um sujeito. Observe que aqui é exposta uma característica de signo que, eventualmente, foge à consciência: o signo é uma percepção, uma “coisa” sensível, que podemos perceber. Esse entendimento é importante para o futuro da Semiótica, principalmente no que concerne às ideias

de Saussure⁵ (1957-1913), fundador do estruturalismo linguístico.

De modo geral, são quatro as contribuições de Santo Agostinho: (a) acentua o papel da interferência mental; (b) distingue signos naturais e convencionais; (c) diferencia signos e coisas e (d) amplia os estudos semióticos aos signos não verbais.

Visto que Santo Agostinho considerou a teoria epicurista, que descreveu o signo como uma percepção, é fundamental apontar que, seguindo mais os estoicos, Agostinho sofisticou o conceito de signo e o delinea como uma coisa que, além da impressão que transmite, faz com que outra coisa venha à mente. Assim, o conhecimento estabelece-se, de fato, como um processo dinâmico, no sentido de que não produz o mesmo significado sempre. Esse conceito de signo como “coisa”, aliás, parece fundar uma complicação: afinal, o que é coisa e o que é signo? De acordo com Santo Agostinho, o signo é uma coisa pelo simples fato de que está no lugar de outra coisa (coisa que é signo), ou, conforme suas palavras, se o signo não fosse uma coisa, não existiria⁶. A coisa, propriamente dita, é tudo aquilo que não é usado como signo de outra coisa (coisa que não age como signo). Daí, conclui: as coisas são conhecidas por meio dos signos.

Para Agostinho, os signos naturais eram aqueles que existiam na natureza e, portanto, não foram criados na intenção de uso como signos, como, por exemplo, a fumaça sendo índice de fogo. Por outro lado, os signos convencionais são signos que repousam em uma convenção (lei) e foram criados para efetivar a comunicação. Essas contribuições de Santo Agostinho atribuíram à Semiótica uma nova fisionomia, pois, agora, seus estudos não se restringem apenas aos signos verbais, mas ampliam-se aos não-verbais, sendo estes naturais ou convencionais.

2.4. Síntese das ideias

É possível pensarmos, de maneira integrada, nas ideias fundadas na Antiguidade. Observe-se que Platão, ao analisar os signos, limitou-se aos de tipo verbal. Desvelou seu caráter convencional e, mais importante,

⁵ Saussure não será detalhado nesta exposição. Ele foi contemporâneo e antípoda de Peirce. Saussure elaborou um projeto de ciência geral dos signos, a qual denominou Semiologia.

⁶ Essa ideia, a propósito, poderá ser reconhecida na teoria semiótica de Peirce (secundidade).

descobriu a limitação do signo em representar aquilo a que se refere. Nesse sentido, podemos mesmo dizer que o signo é uma representação parcial. Com efeito, o conhecimento adquirido por intermédio sígnico é sempre incompleto. Aristóteles também se restringiu sobre o signo verbal e contribuiu apontando o caráter lógico desempenhado na significação desses signos. Os estoicos concordaram com essa ideia aristotélica, sofisticando a ideia de que conhecimento se realiza por processo indutivo, isto é, um processo deflagrado na experiência sensível, que desencadeia a produção de conceitos ou ideias por meio da razão. Disso, os epicuristas discordaram ao levar em conta a semiose nos animais. Brotou aí a atenção voltada para outros seres além dos humanos. O gesto, o movimento e a comunicação dos animais convivendo com outros animais, pareceram excitar na mente dos epicuristas a ideia de que a linguagem natural não obedecia a regras racionais.

Segue-se daí a necessidade de distinguir signos naturais de signos convencionais, conforme operou Agostinho. Em consequência de toda essa sofisticação do estudo sobre signos, a Semiótica compôs a tradição de ampliar-se cada vez mais. Por isso, diz-se hoje que a Semiótica não é o estudo de apenas uma espécie de signo, mas compreende a investigação de toda extensão das linguagens (cf. Santaella, 2007).

3. Semiótica *avant la lettre*: Idade Média e Renascimento

Nessa etapa, a Semiótica desenvolveu-se no interior do escolasticismo (teologia e filosofia medievais) e das artes liberais: gramática, retórica e dialética. Importante na Semiótica medieval são os temas sobre os quais se debruçou e desenvolveu: nominalismo e realismo. Além disso, a teoria geral dos signos recebe reforço enquanto ciência lógica a partir da sua disposição como tal no quadro das ciências gerais. Os escolásticos organizaram o quadro das ciências e oficializaram três espécies gerais de ciências: a filosofia natural, a filosofia moral e a ciência dos signos, também chamada de “ciência racional”, que equivalia à lógica. O apogeu das ideias Semióticas dessa época evidencia-se na obra de João de São Tomaz, *Tractatus de Signis* (apud Nöth, 2008), e na sua definição de signo. É também na Idade Média que

começam a surgir os modelos ousados que ambicionam desvendar todos os modos de interpretação do mundo. Dois destes chamam a atenção: o modelo dos quatro sentidos exegéticos e o modelo das assinaturas, formulado por Paracelsus (1493-1541).

Nominalismo e Realismo são correntes que respondem à questão da existência dos universais, que, conforme já explicado, são conceitos comuns às coisas que indicamos pelo mesmo nome (como “vermelho” ou “redondo”). Para Platão, os universais são as ideias transcendentais às coisas individuais; as coisas têm uma essência objetiva além do mundo aparente. Para os realistas, os universais existem objetivamente, ou seja, têm corpo e realidade em alguma esfera. Os nominalistas, por outro lado, acreditavam que os universais não existiam, não passavam de pura emissão fonética, eram apenas nomes; em suma, não existiam gêneros universais.

O auge da Semiótica desse período está explícito nesta frase de João de São Tomaz (1589-1644): “Todos os instrumentos dos quais nos servimos para a cognição e para falar são signos” (João de São Tomaz, 1948 apud Nöth, 2008, p. 36). A análise que Nöth faz dessa frase expõe a relevância que tem para o futuro da Semiótica: ponto primeiro, o signo é visto como um instrumento, ou seja, um elemento por meio do qual se produz e manifesta sentidos. E, em segundo, faz-se evidente que o processo de conhecimento (significação) ocorre sempre por intermédio de signos. Disso resulta a interpretação de que o mundo inteiro está composto de signos, conforme se pode ver mais patente nas ideias de Peirce. Desde logo, em consequência dessa conclusão, surgem os modelos pansemióticos, que pretendiam revelar os significados dos signos que compunham todo o mundo natural.

3.1. Modelo dos quatro sentidos

Elaborado na Idade Média, esse modelo nasce caracterizado pela religião: em um mundo em que a Bíblia era considerada, sobretudo, o livro dos ensinamentos, quatro níveis de interpretação foram identificados: (a) interpretação literal – sentido comumente produzido, tal como é; (b) interpretação tropológica/moral – sentido no que se refere à vida do homem; (c) alegórico – o sentido a propósito de Deus e da igreja e; (d) sentido anagógico – relativo aos

mistérios celestes. A interpretação que se fazia de Jerusalém, por exemplo, elucida esses quatro sentidos: (a) é a cidade dos judeus; (b) é a alma do homem; (c) é a igreja de Cristo e (d) é a cidade de Deus no céu (cf. Nöth, 2008, p. 38).

3.2. Modelo das assinaturas

Estudado por Paracelsus, esse modelo esclarecia que o mundo estava permeado por uma variada tipologia de signos que tinham origem de outros “sujeitos”, além de Deus. Assim, a doutrina das assinaturas propunha que diversos “assinantes”, desde o homem aos astros, assinalavam o mundo. Isso, além do mais, concorda com aquela ideia de Aristóteles de que tudo que “procede ou segue o ser ou o desenvolvimento de uma coisa, é signo do ser ou do desenvolvimento dessa coisa” (apud Nöth, 2008, p. 29). Em razão disso, inúmeras ciências surgiram para desvendar o mundo natural, tal qual a quiromancia e a astrologia.

4. Filosofia moderna

Foi no âmbito das correntes epistemológicas – Racionalismo, Empirismo – e do Iluminismo (séculos XVII e XVIII) que se desenvolveu a Semiótica, a partir de René Descartes, racionalista.

4.1. Descartes x Locke: confronto entre Racionalismo e o Empirismo

Três espécies de ideias (elementos mentais) foram descritas por Descartes: ideias adventícias, ideias fictícias e ideias inatas. As primeiras chegam à mente a partir dos sentidos, as segundas são produzidas pela imaginação e as terceiras são ideias essenciais que existem na mente sem auxílio da experiência. Portanto, a Semiótica desenvolvida por Descartes dispensa o signo do seu caráter referencial, do contato com o mundo aparente (ver diagrama 5). O modelo proposto por Descartes é este:

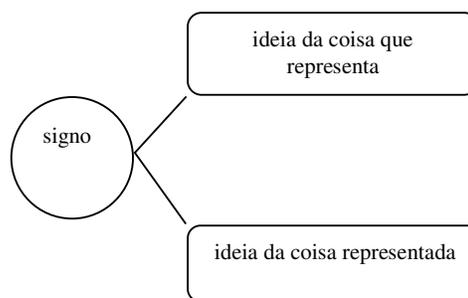


Diagrama 5 A composição signica para Descartes

Em outros termos, o primeiro componente indicado refere-se ao significante, à entidade (imaterial) que representa, enquanto o segundo é respectivo ao significado, ao sentido. A partir disso, a função do signo descrita por Descartes é excitar um significado por meio do significante. Uma vez que ambos componentes são ideais, o processo de significação está confinado à mente. Quando o sujeito interage com o signo, este aponta para um “representante” que está na mente daquele. O resultado dessa ação provoca uma ideia também mental. Suponhamos que alguém nos fale ao ouvido: “casa”. Em conformidade com as ideias de Descartes, o significante de casa não é a palavra pronunciada – seja qual for a forma representativa desse signo –, mas sim o modelo mental de casa, que está elaborado na mente. Assim, a expressão verbal ou não verbal aponta para o significante que está na mente e esta traduz o significado.

Locke (1632-1704) contraria a teoria das Ideias Inatas de Descartes, pois, segundo ele, não existem princípios inatos na mente. Assim, Locke afirma que as ideias simples são originadas na experiência (sensação), a partir da qual havia a reflexão. Ademais, as ideias complexas são elaboradas no desenvolvimento do pensamento (operação mental), que combina várias ideias simples, dadas por meio da sensação. Resumidamente, a teoria “Semiótica” de Locke concorda que os signos são instrumentos do conhecimento, conforme sugerido por João de São Tomás (Jean Poinot), na Idade Média. Entretanto, existem duas classes de signo: as palavras e as ideias. As ideias são signos das coisas com as quais já operamos alguma experimentação sensível. As palavras, por sua vez, são signos dessas ideias.

Seguindo essa proposição, um exemplo se monta: fantasiemos um cenário natural, no qual a visão capta diversos elementos, tais como árvores, lagos, flores, pássaros etc. Nesse cenário, o homem apreende diversos conceitos presentes na árvore. Por exemplo: digamos que na sua mente há a ideia de “verde” – cor das folhas -, mas sem essa forma linguística por nós já atribuída, isto é, a palavra “verde”. A pura ideia é, nesse sentido, um signo da propriedade “verdura” da coisa “árvore”. Em resumo, o signo, para Locke, é uma apreensão sensível das coisas. Essa apreensão pode ser traduzida em palavras. Nesse ponto, a palavra “verde” refere-se ao conceito de “verde” e não à verdura da árvore da qual se assimilou a ideia de verde.

4.2. Os estudos de Giambattista Vico: pré-iluminismo

Vico (1668-1774) foi um importante filósofo italiano do século XVIII, cujas ideias representam, aqui, grandes contribuições para a Semiótica. Na sua obra “Nuova Scienza” (apud Nöth, 2008), de 1725, Vico abrangeu o estudo dos mitos, metáforas, língua e a evolução dos signos na humanidade. A propósito desse último ponto, distinguiu três etapas de desenvolvimento dos signos da humanidade: a Era Divina, a Era Heroica e a Era dos Homens. Na primeira Era mencionada, a origem de tudo estava em Deus (da mesma forma como foi elaborada a doutrina dos quatro sentidos, já traçada). A composição dos signos, nessa etapa, estava vinculada aos rituais religiosos, e a comunicação era realizada por meio de hieróglifos, gestos ou objetos físicos que tinham uma relação natural com seus significados. Aqui, a linguagem foi prolífica para a produção de onomatopeias e interjeições. Esse caráter da Era divina pode ser chamado, em termos atuais, de iconicidade, que designa a relação de similitude que liga o signo ao mundo (representante e coisa).

Na Era Heroica, a semiose (processo de significação) resultava, sobretudo, na produção de brasões e emblemas, “modo dominante de comunicação na época” (Nöth, 2008, p. 47). O título pelo qual Vico nomeia essa época, aliás, já diz muito sobre ela: trata-se do episódio em que os heróis míticos (antropomórficos) representavam conceitos abstratos, aqueles difíceis de materializar. Em razão disso,

surgem os heróis que representavam as virtudes valorizadas: coragem, lealdade etc. Essas duas eras que antecedem à Era dos Homens foram, de forma geral, delineadas pelo uso da imaginação, da poesia, da metáfora, na produção de sentidos (signos). O que se diferencia na Era dos Homens quando, então, acontece a valorização da lógica, do raciocínio, da razão. Por conseguinte, a comunicação dessa época desenvolveu os signos arbitrários, literais e abstratos. Por fim, uma advertência de Vico destacada por Nöth (1995, p. 48) é adequada nesse momento: “as mitologias antigas não são meras ficções ou mesmo distorções da realidade, mas expressões poéticas precoces da sabedoria humana”.

4.3. Condillac e um novo empirismo

No Iluminismo, uma nova espécie de empirismo recebe a denominação de sensualismo. A base dessa corrente é o princípio de que não apenas a gênese do conhecimento está nas sensações, mas ele é inteiramente baseado nelas. E é justamente nesse ponto em que se manifestam as ideias de Condillac, a partir da investigação de como se sucede a gênese dos signos: a semiose é, então, descrita como um processo que se inicia em níveis mais primitivos e chega a níveis mais complexos – interpretação genética. Assim, a sensação é considerada o ponto inicial rumo ao conhecimento. Os outros níveis são: percepção – consciência – reminiscência – imaginação – interpretação – memória e reflexão. Tendo em conta todos esses níveis da cognição, o signo só se produz na etapa da reminiscência (Nöth, 2008, p. 49). Nos níveis inferiores, a cognição se processa pré-semioticamente.

Outra informação de Condillac é a sua tipologia de signos, que envolve três espécies: (a) signos causais, que estabelecem conexões com os objetos que designam a partir do preenchimento das condições necessárias; (b) os signos naturais, que são os signos estabelecidos pela natureza para designar sentimentos como medo e raiva (grito, por exemplo); (c) os signos institucionais ou arbitrários que significam em razão de uma convenção.

4.4. Diderot e a relevância da comunicação não verbal

As concepções de Diderot são importantes no que respeita às características que identifica no signo de tipo não verbal. Sua conclusão mais importante, que se origina de seus estudos focados na representação icônica (gestos, imagens etc.), é a seguinte: a representação tridimensional corresponde mais à realidade do que as demais unidimensionais, como a língua. É primordial entender que a linguagem verbal está caracterizada, segundo este teórico, pela unidimensionalidade: os fonemas são substâncias representativas lineares. Em contraste, a linguagem de espécie não verbal é mais expressiva e mais lógica, pois é tridimensional, conforme a realidade.

As principais inferências surgidas desse pensamento descrevem que as linguagens verbais provocam uma distorção da realidade, em conformidade com as ideias platônicas já vistas. As conclusões a que chegou Diderot estimularam outros pensamentos que se fizeram fundamentais para o futuro da estética.

Exemplo de um desses pensamentos é o de G. E. Lessing (1729-1781). O teórico considerou os princípios advindos da teoria da mimese e, ainda, o axioma de que a representação icônica é a que está mais próxima daquilo que representa, para concluir que os signos icônicos e naturais são esteticamente superiores aos arbitrários. Disso, ele inferiu, finalmente, a noção de que o teatro é a forma mais estética de todas as artes, porque o teatro teria mais vínculo com a realidade em comparação às outras formas de representação (cf. Nöth, 2008, p. 50).

4.5. A Semiótica genética dos ideólogos

Como o nome mesmo pode sugerir, os ideólogos investigavam a semiogênese, isto é, a origem e o desenvolvimento das ideias. As considerações que constam neste item foram desenvolvidas por Degérando (1772-1842) na sua obra “Des signes et de l’art de penser” (apud Nöth, 2008, p. 50). Ainda aqui permanece uma doutrina marcada pelo sensualismo. Assim, a “Semiótica” sensualista desenvolvida por Degérando discrimina todo o processo de semiose, propondo que o ponto de partida desta esteja nas sensações.

As ideias (e, logo, os signos), adquirem fundação pelo processo de semiose constituído por três estágios. O primeiro nível é o das sensações. O segundo nível se inscreve no limite as sensações e os signos linguísticos. Já o terceiro nível consiste em quando os signos adquirem formas linguísticas.

A sensibilidade e o próprio sentimento são os requisitos prévios para que haja significação. Conforme as ideias de Degérando, há, nesse nível, um primeiro momento que constitui o reconhecimento de algo como signo. Abaixo desse primeiro momento, há a sensação pura, sem qualquer reconhecimento. Essa sensação de reconhecimento é o primeiro estágio da semiose, responsável pela percepção sêmica.

Essa percepção sêmica se realiza de dois modos, e esses modos constituem o estágio do signo prelinguístico (segundo estágio), limiar do signo linguístico. Assim, são signos prelinguísticos todas as sensações puras reconhecidas, tais como o cheiro de uma rosa que excitou o reconhecimento dessa rosa que o exalou. Neste ponto, é necessário notar que os signos de sensação pura parecem chamar a atenção para as coisas com as quais se relacionam. Já os signos linguísticos ou verbais (terceiro estágio) dão forma a quaisquer ideias originárias do estágio da sensação pura. Daí que os signos linguísticos não se referem às coisas em si, mas fazem referências às ideias dessas coisas.

4.6. A evolução da Semiótica

A polêmica, inaugurada por Descartes, que questionou a origem das ideias e dos signos, representa à Semiótica um mecanismo cujo funcionamento provocou seu desenvolvimento e sofisticação. Mais do que pensar nas ideias produzidas desde Descartes como um mero confronto entre Racionalismo e Empirismo, há de se notar que o domínio da cognição foi explorado em suas variadas possibilidades. Para os empiristas, a teoria das ideias inatas era inconcebível, pois eles não desvinculavam o conhecimento da experiência, conjunto de fatores que excitam os sentidos dos seres que conhecem. Daí que a investigação procedeu até a formação de teorias Semióticas menos lacunares, isto é, teorias que esclareciam as dúvidas aparentemente insolúveis e que, por isso, constituíam impasses que dificultavam a sofisticação da Semiótica.

Podemos nos referir à construção da *autoconsciência Semiótica* como um procedimento cirúrgico. Isso, porque todos seus pensadores investigaram os signos sempre preocupados com a discriminação precisa dos elementos de uma totalidade e, ainda, com a distinção rigorosa de conceitos tipológicos com os quais classificavam os elementos da cognição. Daí que os signos verbais estavam limitados aos que podiam ser expressos pela fala e pela escrita; ao passo que os signos não verbais cobriam todos aqueles multidimensionais que imitavam os gestos e o movimento. Dos signos não verbais, desdobraram-se vários outros tipos de signos. Essa operação precisa refinou cada vez mais o âmbito da razão. Esta, que é responsável por termos acesso às coisas que são comportadas pela experiência.

5. Revisão geral: passos para a conclusão

A exploração do histórico dos precursores da Semiótica possibilitou-nos o acesso às noções básicas sobre o signo e a significação, cujo conhecimento é exigência mínima para que possamos prosseguir com o objetivo de entender o processo de cognição e comunicação. De modo geral, não podemos esquecer que a evolução dos estudos sobre o signo é significativa atualmente. Em razão disso, contamos com uma imensurável quantidade de conceitos e entendimentos sobre o processo e elementos da cognição. Dessa maneira, é importante o exercício de retomar a Semiótica pela base histórica, observando atentamente os conceitos que ela abrange.

Assim, é importante notar que, de modo geral, as teorias postuladas pelos diversos teóricos ansiavam responder sobre a natureza do signo. Disso, resulta considerável variedade de modelos diádicos e triádicos para explicar a composição de signos. Ademais, uma linha evolutiva das ideias sobre os signos pode ser esboçada, pois das ideias de Platão (427-347), caracterizadas pela restrição reflexiva sobre o signo de tipo verbal, chega-se às ideias de Aurélio Agostinho (354-430), qualificadas pela ampliação dos estudos “semióticos” aos signos não verbais. Nos passos seguintes, a Semiótica caminha para mais longe, compondo mais intensamente sua complexidade. Por

consequência, os problemas e soluções da Semiótica são revisados e, de tempo em tempo, aprimorados. ●

Referências

- Hessen, Johannes
2000. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes.
- Netto, José Teixeira Coelho
2007. *Semiótica, informação e comunicação*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Nöth, Winfried
1995. *A semiótica no século XX*. São Paulo: Annablume.
- Nöth, Winfried
2008. *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. 4. ed. São Paulo: Annablume.
- Santaella, Lúcia
2007. *O que é semiótica?* São Paulo: Brasiliense.

Dados para indexação em língua estrangeira

Barbosa, Jeferson Lima; Descardec, Maria Alice

Understanding semiotics: the cooperation between epistemology and the history of semiotics

Estudos Semióticos, vol. 8, n. 1 (2012), p. 124-137

ISSN 1980-4016

Abstract: *Based on the observation of the complexity of the general science of signs (semiotics), we propose a course of understanding some ideas, which constitute this science. For this purpose, we take the history of semiotics, as it involves both the thinkers and the ideas responsible for the inauguration of the studies on the sign and the dynamic evolution of these studies. We also consider epistemological notions in our discussion. Thus, the present paper includes conceptual interdisciplinarity, showing that knowledge acquires greater consistency through the cooperation of the various sciences. In addition, we will also refer to some aspects of modern semiotics developed by Charles Sanders Peirce. This reference will serve to reaffirm the interdisciplinary aspect of semiotics, once Peirce transited through various sciences in order to understand semiotics. At this point, we reinforce the idea that there is a link between logic and semiotics. The understanding of this link is based on fact that cognition and communication are common interests to these two sciences. This paper relies on Winfried Nöth's Panorama da Semiótica (2008), thus, it follows a similar approach to Nöth's.*

Keywords: *semiotics, semiotics avant la lettre, epistemology, logic, cognition, interdisciplinarity*

Como citar este artigo

Barbosa, Jeferson Lima; Descardec, Maria Alice. Título. Estudos Semióticos. [on-line] Disponível em: (<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>). Editores responsáveis: Franciso E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 8, Número 1, São Paulo, junho de 2012, p. 124-137. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 01/12/2011

Data de sua aprovação: 05/05/2012
